



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto a contratação de Serviço de consultoria PostgreSQL, sob demanda, para atender às necessidades do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), nas quantidades, especificações e condições constantes deste Termo de Referência e seus anexos.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Motivação e objetivo a ser alcançado por meio da contratação:

2.1.1. O funcionamento eficiente dos sistemas de informação de qualquer organização depende diretamente da estabilidade e desempenho dos softwares gerenciadores de banco de dados (SGBD), já que são eles os responsáveis por armazenar, organizar, relacionar, otimizar e disponibilizar os dados utilizados pelas aplicações.

2.1.2. O último contrato de consultoria especializada em PostgreSQL foi celebrado em 2019 e teve sua vigência encerrada ao final de 2024, após o cumprimento integral do período contratual. Desde então, o TRF1 encontra-se sem cobertura contratual para esse tipo de serviço, o que representa um risco operacional significativo, considerando a criticidade dos sistemas que utilizam o PostgreSQL — como o PJe e o SEI — e a necessidade contínua de garantir alta disponibilidade, desempenho e segurança da infraestrutura de banco de dados.

2.1.3. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) adota o PostgreSQL como tecnologia base para seus sistemas estratégicos. Desde a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), esse SGBD tornou-se pilar fundamental para o funcionamento seguro e contínuo da aplicação. Em 2025, a infraestrutura de Banco de Dados do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) também foi migrada para PostgreSQL, reforçando ainda mais a centralidade dessa tecnologia para a operação da Justiça Federal da 1ª Região. Há, ainda, projetos em andamento para migração de outros sistemas utilizados pelo TRF1 para essa tecnologia de SGBD.

2.1.4. O cenário atual revela que, diante da crescente complexidade das operações, da integração de novos sistemas e da necessidade de garantir continuidade de serviços críticos, torna-se indispensável o apoio de consultoria especializada em PostgreSQL. Essa contratação visa oferecer apoio técnico avançado à equipe interna, com atuação direcionada à otimização de desempenho (tuning), administração de replicações, diagnóstico de falhas, análises de logs, ajustes de alta disponibilidade e planejamento de atualizações de versão.

2.1.5. A consultoria especializada também será responsável por propor e implementar melhorias estruturais no ambiente de banco de dados, apoiar tecnicamente em migrações e expansões, emitir relatórios técnicos de análise de causa e solução de incidentes e acompanhar o desempenho de sistemas em produção, especialmente em momentos de pico de utilização. Tal atuação contribui diretamente para a mitigação de riscos de

indisponibilidade, degradação de performance e interrupções inesperadas, assegurando a confiabilidade do ambiente tecnológico do Tribunal.

2.1.6. Assim, a presente contratação alinha-se diretamente ao interesse público, na medida em que visa garantir a continuidade, estabilidade e eficiência dos sistemas que dão suporte à atividade-fim do TRF1, assegurando a prestação jurisdicional de forma ininterrupta, segura e eficiente.

2.2. Benefícios Diretos:

2.2.1. Aumento da estabilidade e desempenho do Pje e SEI, através da execução de atividades de diagnóstico, tuning e performance.

2.2.2. Apoio na modernização de versões do SGBD.

2.2.3. Elaboração de relatórios técnicos visando melhorias nos SGBDs.

2.2.4. Monitoramento e ações preventivas para evitar falhas críticas.

2.3. Benefícios Indiretos:

2.3.1. Redução de riscos operacionais.

2.3.2. Apoio estratégico para futuras evoluções tecnológicas.

2.3.3. Redução de custos associados a indisponibilidades prolongadas, retrabalho e perda de produtividade.

2.3.4. Melhoria nos processos de gestão, documentação e controle do ambiente de banco de dados.

2.4. Correlação com o planejamento existente:

2.4.1. Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PETI para 2021-2026, aprovado pela Resolução CJF-RES-2020/685 de 15 de dezembro de 2020.

2.4.1.1. A ação está alinhada ao planejamento estratégico de TI da JF.

2.4.1.2. Objetivo estratégico relacionado: ID 1. Aperfeiçoar e Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal.

2.4.2. Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da Primeira Região – PDTI-TRF1 2024/2026, aprovado pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da 1ª Região - CGTI-JF1, PAe 0017764-50.2024.4.01.8000.

2.4.2.1. A ação está alinhada ao plano diretor de TI da JF1.

2.4.2.2. Iniciativa do PDTI relacionada: PDTI-2024-056 - Prover suporte e consultoria para o Banco de Dados utilizado pelo Pje.

2.4.3. Plano de Contratação de Soluções de TI – PCSTI 2026.

2.4.3.1. A ação está prevista no plano de contratações de soluções de TI da JF1.

2.4.3.2. Ação do PCSTI relacionada: ID 60394 - Contratação do serviço de consultoria PostgreSQL para o TRF1.

2.4.4. Política de Governança e Gestão das Contratações da Justiça Federal da 1ª Região (14003741).

2.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

2.5.1. Esta demanda está prevista no Plano de Contratações Anual — PCA

2026:

- Link do PCA: <https://www.trf1.jus.br/trf1/compras-licitacoes-e-contratos/plano-de-contratacoes-anual----pca>
- Unidade Requisitante: DIOPE - DIVISÃO DE OPERAÇÃO DE CENTRO DE DADOS.
- ID da Futura Contratação: TRF1_DIOPE_005_2026
- Classificação: Serviços de TIC
- Descrição: Contratação do serviço de consultoria PostgreSQL para o TRF1.

2.5.2. Classificação Orçamentária:

2.5.2.1. Fonte: MTGI/AI

2.5.2.2. Valor:

2.6. Referência a Estudos Preliminares que embasaram a contratação:

2.6.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no Item 5 do Estudo Técnico Preliminar doc. (24409272).

3. DA BASE LEGAL E ENQUADRAMENTO DO OBJETO

3.1. MODALIDADE E TIPO DE CONTRATAÇÃO:

3.1.1. Recomenda-se que esta licitação seja efetuada nos moldes de Pregão Eletrônico, conforme disposto no inciso I, art. 28, da Lei n. 14.133/2021, visto se tratar de contratação de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3.2. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.2.1. Propomos que seja adotado o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

3.2.1.1. A adoção do critério de julgamento pelo menor preço justifica-se pelo fato de que, conforme demonstrado neste Estudo Técnico Preliminar, os requisitos técnicos definidos são plenamente suficientes para garantir a adequada execução do objeto, não havendo ganho técnico relevante na avaliação de propostas que excedam tais exigências. A natureza do serviço — consultoria especializada sob demanda em banco de dados PostgreSQL — possui parâmetros técnicos claramente definidos e mensuráveis, de modo que a diferenciação qualitativa entre as propostas seria mínima e sem impacto significativo nos resultados esperados. Assim, o critério de menor preço mostra-se o mais adequado para assegurar a competitividade, a economicidade e a eficiência da contratação, em conformidade com o art. 3º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 73/2022 e com o §1º do art. 36 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

3.3.1. Recomenda-se a **ADJUDICAÇÃO POR ITEM**.

3.4. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

3.4.1. O objeto da contratação é de natureza contínua.

3.4.2. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze)** meses, contados da assinatura do contrato, prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

- 4.1. Será assegurada a participação de empresas reunidas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei n. 14.133/2021.
- 4.2. Será admitida a participação de profissionais sob a forma de cooperativa, de acordo com o previsto no art. 16 da Lei n. 14.133/2021.
- 4.3. Não se aplica a reserva de cotas a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).

5. DOS ITENS E QUANTIDADES

5.1. Aquisição de Serviço de consultoria PostgreSQL para o TRF1, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	SICAM	CÓD. SIASG	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1		27332	Serviço de consultoria PostgreSQL, sob demanda	Horas	375

5.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no Comprasnet (código BR) e as especificações dos serviços constantes deste instrumento, prevalecerão as últimas.

5.2. Como as quantidades são meramente estimativas, não se constitui nenhum compromisso de consumo mínimo por parte do CONTRATANTE e nem poderão ser utilizadas como justificativa pela CONTRATADA para eventual alegação de prejuízo em razão de expectativa não satisfeita.

5.3. A LICITANTE deverá apresentar proposta de acordo com a quantidade indicada na tabela acima, não sendo possível, portanto, oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto no edital.

6. DA PROPOSTA

6.1. As proponentes deverão apresentar proposta onde deverá constar, além da descrição completa do serviço, o número do item, o quantitativo, o preço unitário e total.

6.2. A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta:

6.2.1. Detalhamento das características dos serviços, especificando no mínimo as informações descritas no Anexo I deste termo.

6.3. Será permitido o uso de expressões técnicas de uso comum na língua inglesa.

6.4. Não será admitida a apresentação de proposta com quantitativo inferior ao estabelecido no edital.

7. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com a última alteração, Registro Empresarial, no caso de empresário individual ou Sociedade Limitada Unipessoal (SLU), devidamente registrado no órgão competente.

7.1.1.1. Em quaisquer dos atos constitutivos, deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação.

7.1.1.2. Caso o Representante Legal não esteja indicado no Contrato Social ou Estatuto da Empresa, deverá apresentar procuração.

7.1.1.3. São aplicáveis as regras do art. 3º da Lei n. 13.726/2018 relativamente à autenticação de documentos.

7.1.2. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

7.1.3. Em se tratando de cooperativas:

7.1.3.1. Ata de fundação e documento que aprovou o Estatuto Social, devidamente registrado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede.

7.1.3.2. Registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do art. 107 da Lei n. 5.764/1971.

7.1.4. Em se tratando de empresas reunidas em consórcio - apresentar Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio subscrito pelos consorciados, por Escritura Pública ou Documento Particular, nos termos do art. 3º, da Lei n. 13.726/2018, com pelo menos o seguinte:

7.1.4.1. Designação do consórcio e sua composição.

7.1.4.2. Finalidade do consórcio.

7.1.4.3. Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual.

7.1.4.4. Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados.

7.1.4.5. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas, inclusive a proporção econômica e financeira da respectiva participação de cada consorciado em relação ao objeto licitado.

7.1.4.6. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do objeto, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação.

7.1.4.7. Indicação da empresa responsável pelo consórcio e seu respectivo representante legal, que terá poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos e praticar todos os atos necessários à participação na licitação e execução do objeto licitado.

7.1.4.8. No Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio Compromisso, previsto no subitem 7.1.4, devem estar previstas as seguintes condições:

7.1.4.8.1. De que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE até o cumprimento do objeto da contratação, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do consórcio, definido no subitem 7.1.4.3 deste Termo de Referência.

7.1.4.8.2. De que a substituição de consorciado previamente autorizada pelo CONTRATANTE estará condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório.

7.1.4.8.3. Acerca da responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do objeto licitado.

7.1.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

7.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.2.3. Prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, junto à Caixa Econômica Federal.

7.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, à Dívida Ativa da União e à Secretaria da Receita Federal, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e/ou Receita Federal do Brasil.

7.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante.

7.2.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quando se tratar de empresa sediada fora do Distrito Federal.

7.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452/1943.

7.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.3.1. Para fins de habilitação, a LICITANTE deverá apresentar a seguinte documentação:

7.3.1.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei n. 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

7.3.1.2. Em se tratando de consórcios, deverá ser apresentada certidão negativa de falência de cada empresa consorciada, cujo exame ocorrerá separadamente.

7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.4.1. A Licitante deverá apresentar ao menos um atestado de capacidade técnica, emitido por entidade de direito público ou privado, comprovando que prestou serviços de consultoria para a plataforma tecnológica de software livre utilizando Banco de Dados Postgres, em, pelo menos, 03 serviços dentre os constantes nas alíneas "d" a "j" do item 1.4 do Anexo I deste termo.

7.4.1.1 A exigência acima se justifica por refletir os critérios técnicos preponderantes e de maior relevância e indispensáveis à garantia do

cumprimento das obrigações por parte da licitante.

7.4.1.2 Para a comprovação das quantidades exigidas nos itens acima, será aceito o somatório de atestados.

7.4.1.3 Somente serão aceitos atestados e cópias de contratos expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

7.4.2. A licitante deverá caso solicitado, disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, disponibilizando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em foram prestados os serviços.

7.4.3. JUSTIFICATIVA: A exigência de qualificação técnica se justifica em razão da complexidade dos sistemas sustentados pelo banco de dados PostgreSQL no TRF1, como o PJe e o SEI. A prestação dos serviços requer conhecimentos especializados em tuning, replicação, alta disponibilidade, análise de logs e resolução de falhas em ambientes complexos e distribuídos. A comprovação de experiência anterior assegura que a empresa contratada disponha de capacidade técnica efetiva para atuar em situações críticas, prestar apoio em projetos estratégicos e garantir a continuidade e o desempenho dos sistemas. Trata-se de medida necessária à mitigação de riscos e à observância do princípio da eficiência previsto na Lei nº 14.133/2021.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. A descrição da solução como um todo foi avaliada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, conforme segue especificação dos requisitos da contratação:

8.1.1. Requisitos de Negócio:

8.1.1.1. Assegurar efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal.

8.1.1.2. Prover maior segurança da informação.

8.1.1.3. Prover apoio técnico para melhor utilização e configuração do banco de dados.

8.1.1.4. Fornecer apoio à equipe de servidores da SEBAN na administração do banco de dados PostgreSQL em uso.

8.1.1.5. Garantir a continuidade da solução existente no ambiente da JF1.

8.1.2. Requisitos de Capacitação:

8.1.2.1. A solução não demandará treinamento aos servidores.

8.1.3. Requisitos Legais:

8.1.3.1. Leis e Decretos:

8.1.3.1.1. [Lei Complementar n. 123/2006](#) - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte c/c [Decreto n. 8.538/2015](#) - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades

cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.

8.1.3.1.2. [Lei n. 13.709/2018](#) - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

8.1.3.1.3. [Lei n. 14.133/2021](#) - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

8.1.3.2. Normas específicas para contratações de TI:

8.1.3.2.1. [Instrução Normativa nº 65/2021 SGD/ME](#) - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional

8.1.3.2.2. [Instrução Normativa nº 94/2022 SGD/ME](#) - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal.

8.1.3.2.3. [Instrução Normativa n. 58/2022 SGD/ME](#) - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

8.1.3.2.4. [Instrução Normativa n. 81/2022 SEGES/ME](#) - Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência - TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.

8.1.3.3. Normas do Conselho Nacional de Justiça:

8.1.3.3.1. [Resolução CNJ n. 347/2020](#) - Dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário.

8.1.3.3.2. [Resolução CNJ n. 363/2021](#) - Estabelece medidas para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais a serem adotadas pelos tribunais.

8.1.3.3.3. [Resolução CNJ n. 370/2021](#) - Estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).

8.1.3.3.4. [Resolução CNJ nº 396/2021](#) - Estabelece a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ)

8.1.3.3.5. [Resolução CNJ n. 468/2022](#) - Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça.

8.1.3.3.6. [Portaria CJF n. 96/2023](#) c/c [Resolução CNJ n. 400/2021](#) - Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

8.1.3.4. Normas do Conselho de Justiça Federal:

8.1.3.4.1. [Resolução 851/2023](#) c/c [Resolução CJF nº685/2020](#) - Dispõe do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da

Justiça Federal (PETI) para 2021-2026.

8.1.3.4.2. [Resolução CJF nº 687/2020](#) - Dispõe sobre a implantação da Política de Segurança da Informação do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

8.1.3.4.3. [Resolução CJF nº 709/2021](#) c/c [Portaria CJF nº 96/2023](#) - Dispõe sobre a Política de Sustentabilidade da Justiça Federal - PSJF e o Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratações do Conselho da Justiça Federal - 2ª Edição.

8.1.3.4.4. [Portaria CJF nº 232/2023](#) - Dispõe sobre as etapas do planejamento das contratações de bens e serviços fundamentadas por meio da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Conselho da Justiça Federal.

8.1.3.4.5. [Instrução Normativa CJF nº 12/2022](#) - Dispõe sobre a definição dos serviços e fornecimentos contínuos no âmbito do Conselho da Justiça Federal, para fins de aplicação à Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.1.3.4.6. [Resolução CJF nº 842/2023](#) - Dispõe sobre o Plano de Contratações Anual e sobre o Plano de Contratações Compartilhadas Anual, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

8.1.3.4.7. [Resolução CJF 842/2023](#) c/c [Resolução CJF 896/2024](#) - Dispõe sobre o Plano de Contratações Anual e sobre o Plano de Contratações Compartilhadas Anual, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

8.1.3.5. Normas da Justiça Federal da 1ª Região:

8.1.3.5.1. [Resolução PRESI n. 36/2021](#) - Institui a Política de Governança e Gestão das Contratações da Justiça Federal da 1ª Região.

8.1.3.5.2. [Resolução PRESI nº 18/2024](#) - Estabelece diretrizes e procedimentos para a elaboração, divulgação e acompanhamento do Plano de Contratações Anual e do Calendário Anual de Contratações e institui o Sistema do Plano de Contratações Anual no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e das seções judiciárias vinculadas.

8.1.3.5.3. [Resolução PRESI n. 337/2021](#) - Institui o Comitê de Governança e Gestão das Contratações da Justiça Federal da 1ª Região.

8.1.4. Requisitos de Manutenção:

8.1.4.1. Auxiliar a equipe do TRF1 nas atualizações da solução no que compete à versão instalada, as quais incluem as features, releases, fixes e patches de segurança de todos os elementos da solução.

8.1.4.2. A CONTRATADA deverá estar apta a receber Ordens de Execução de Serviços via correio eletrônico.

8.1.4.3. Os acionamentos efetuados até o último dia da vigência do contrato deverão ser solucionados, sem ônus adicional para a Contratante, ainda que sua conclusão expire o prazo de vigência contratual.

8.1.5. Requisitos Temporais:

8.1.5.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze)** meses, contados da assinatura do contrato, prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.1.6. Requisitos de Segurança

8.1.6.1. A solução deve adequar-se às necessidades de negócio e técnicas estabelecidas pela segurança do Tribunal.

8.1.6.2. Para a formalização de eventual contratação, faz-se necessário que seja exigida a assinatura de termo de responsabilidade e sigilo das informações que eventualmente sejam trocadas entre Fornecedor e TRF1. O termo deve exigir manifestação da contratada quanto à guarda, privacidade e o sigilo das informações que venham a ter conhecimento em razão do exercício de suas atividades, bem como das informações disponibilizadas pela entidade contratante.

8.1.7. Requisitos de arquitetura tecnológica

8.1.7.1. Ambiente tecnológico do TRF1:

8.1.7.1.1. O ambiente tecnológico utilizado pelo Pje e SEI, no que se refere aos bancos de dados, está assim disposto:

a) Principais sistemas Judicial e Administrativo:

Sistema	Ambiente	Nome Banco	Processadores	Memória	Disco
Pje	Produção	pje1g	192	2TB	21TB
		pje2g	32	126GB	4TB
		pje1g_log	32	63GB	5TB
		pje2g_log	16	32GB	2TB
		pje1g (replica)	192	2TB	21TB
		pje2g (replica)	32	126GB	4TB
		pje1g_log (replica)	32	63GB	5TB
		pje2g_log (replica)	16	32GB	2TB
		historico_log	8	16GB	20TB
Sei	Produção	sei e sip	16	64GB	3TB

Todos os bancos PostgreSQL do TRF1:

Bancos	Máquinas	Ambientes
290	110	CLO, DSV, HML, PRD, TRM

b) Atualmente o PostgreSQL utilizado nos servidores está na versão 14.

c) Não há atualmente redundância de Centro de Dados, sendo assim todos os recursos informados estão localizados no Centro de Dados do TRF1 em Brasília-DF.

8.1.8. Requisitos de experiência profissional

8.1.8.1. Os serviços deverão ser realizados por profissional com experiência comprovada de no mínimo 5 (cinco) anos em administração ou consultoria em PostgreSQL, desejável conhecimento do ambiente banco de dados do sistema PJe e SEI, com conhecimentos sólidos em pool de conexões, replicação, alta disponibilidade e tuning. Deve ter noção e conhecimento suficiente para detectar potenciais problemas em redes, storages, sistema operacional Linux e servidores físicos e virtuais em VMWare.

8.2. Sustentabilidade:

8.2.1. A equipe de planejamento não vislumbrou a necessidade de exigências especiais em cumprimento dos critérios de sustentabilidade, observadas as regras estabelecidas nas normas vigentes relativas ao desenvolvimento sustentável nas licitações e contratações públicas, bem como o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região (RESOLUÇÃO PRESI 340/2021), ressaltando que o objeto pretendido não envolve entrega de produtos ou bens por meio físico, bem como não há alocação de mão de obra residente nas instalações do Tribunal e os serviços serão prestados quase sempre pela via remota.

8.3. Especificações Técnicas:

8.3.1. Encontram-se descritas no ANEXO I.

9. VISTORIA

9.1. Não se aplica.

10. SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não subcontratar, total ou parcialmente, os serviços objeto desta contratação.

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1. Prazo e/ou Condições de entrega:

11.1.1. Será realizada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, uma reunião inicial para o conhecimento do ambiente tecnológico e da infraestrutura do TRF1, bem como para o alinhamento das necessidades do Tribunal, possíveis demandas futuras e expectativas relativas à prestação dos serviços.

11.1.2. O CONTRATANTE irá solicitar o serviço a ser executado sempre que achar necessário, mediante a validação de escopo entre as partes, emitindo uma Ordem de Execução de Serviços - OES para cada acionamento.

11.1.3. A CONTRATADA deverá estar apta a receber Ordens de Execução de Serviços - OES por meio de correio eletrônico ou outro canal previamente acordado com o CONTRATANTE, no horário de expediente deste (das 7h às 20h, em dias úteis). A execução dos serviços ocorrerá no mesmo período, de forma remota, observados os prazos definidos em cada OES.

11.1.3.1. Os serviços serão prestados predominantemente de forma remota, podendo ocorrer, excepcionalmente, nas dependências do TRF1, conforme necessidade e a exclusivo critério da CONTRATANTE.

11.1.4. A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da abertura da OES.

11.1.5. Os serviços serão solicitados sob demanda, por meio de Ordem de Execução de Serviço (OES) emitida pela CONTRATANTE, sendo sua execução mensurada pelas horas definidas em cada OES.

11.1.5.1. O serviço de consultoria é estimado com base no número de horas dedicados à execução dos serviços pelos técnicos da contratada. Não são incluídas na ordem de execução de serviço, nem computadas para efeito de remuneração, as horas dispendidas pela CONTRATADA para compreensão da demanda, entendimento dos requisitos e acompanhamento gerencial da OES.

11.1.6. Caso o trabalho ultrapasse a quantidade de horas estimadas, o CONTRATANTE deverá ser informado imediatamente.

11.1.7. O pagamento sobre os serviços executados ocorrerá com base nas horas efetivamente realizadas e de acordo com a Ordem de Execução de Serviço aprovada pelo Fiscal do Contrato, o qual atestará as horas apuradas.

11.1.8. A execução dos serviços deverá ser acompanhada pelos responsáveis designados pelo CONTRATANTE assim como a CONTRATADA deverá apresentar um responsável para acompanhar as atividades realizadas.

11.1.9. O detalhamento dos serviços encontra-se definido no Anexo I deste termo (Especificação Técnica).

11.2. Local de Entrega

11.2.1. Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Edifício Anexo III, SAU/SUL, Quadra 01, Bloco C, 3º andar, Praça dos Tribunais Superiores, Brasília/DF - CEP: 70070-900.

11.2.2. O contato com a equipe técnica poderá ser realizado pelos seguintes meios: e-mail **diope@trf1.jus.br** ou telefone **(61) 3314-1871**, e e-mail **seban@trf1.jus.br** ou telefone **(61) 3314-3915/3916**.

11.3. Dos Papéis a serem desempenhados pelos Principais Atores do Contratante e Contratada

RESPONSÁVEL	ENTIDADE	PAPEL/RESPONSABILIDADE
Equipe de planejamento da contratação	Contratante	Equipe responsável por subsidiar a Área de Licitações em suas dúvidas, respostas aos questionamentos, recursos e impugnações, bem como na análise e julgamento das propostas das licitantes.
Responsável Legal	Contratada	Assinatura do Contrato.
Equipe técnica da empresa contratada	Contratada	Execução do serviço, obedecendo às diretrizes e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
Fiscal do Contrato	Contratante	Acompanhar a execução do objeto, bem como atestar a qualidade e quantidade.
Fiscal Demandante	Contratante	Fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos funcionais da solução.
Fiscal Técnico	Contratante	

		Fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos técnicos da solução.
Fiscal Administrativo	Contratante	Fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais.

11.4. Da forma de acompanhamento:

11.4.1. Para cada Ordem de Execução de Serviço - OES a CONTRATADA deverá elaborar e entregar ao CONTRATANTE, um relatório de atividades contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Fase do processo;
- b) Serviço realizado;
- c) Causas e soluções (quando o serviço for relativo a problemas encontrados na solução);
- d) Profissional responsável pelo atendimento;
- e) Data de abertura e finalização da OES;
- f) observações/lições aprendidas.

11.4.2. A fiscalização e o acompanhamento dos serviços não reduzem nem exime as responsabilidades da empresa CONTRATADA perante o CONTRATANTE ou terceiros quanto aos danos causados diretamente à Administração, ou a terceiros em razão da execução do objeto.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Recomenda-se que sejam exigidas da CONTRATADA as seguintes obrigações, além daquelas editadas pela DIACO e as constantes no Anexo I deste termo:

12.1.1. Por se tratar de serviço de consultoria sob demanda, os prazos de execução deve obedecer ao que for definido em cada Ordem de Execução de Serviço, conforme modelo Anexo II deste termo.

12.1.1.1. A forma de execução dos serviços de consultoria deverão obedecer ao contido neste termo, em seu Anexo I, e o que contiver na respectiva Ordem de Execução de Serviço.

12.1.1.2. Disponibilizar e comprovar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, a alocação de 1 (um) técnico responsável pela execução dos serviços, que possua certificação válida em PostgreSQL e experiência comprovada de, no mínimo, 5 (cinco) anos em administração ou consultoria na solução, com conhecimentos sólidos em pool de conexões, replicação, alta disponibilidade e tuning.

12.1.2. Informar imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer situação que possa comprometer a execução do objeto nas condições pactuadas.

12.1.3. Atender, no prazo fixado, as solicitações ou exigências do CONTRATANTE, relativamente à execução do objeto nos termos pactuados ou para o cumprimento de obrigações acessórias.

12.1.4. Ressarcir o CONTRATANTE por todo e qualquer dano causado pela execução de serviço e/ou entrega de produto inadequada, ressalvado o direito de defesa, ficando o CONTRATANTE desde já autorizado a descontar

o valor correspondente dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou da garantia.

12.1.5. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Contrato, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações e às regras de negócios.

12.1.6. Responsabilizar-se integralmente pela sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando a execução dos trabalhos durante todo o Contrato, dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação das penalidades previstas, caso os prazos não sejam cumpridos.

12.1.7. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do serviço.

12.1.8. Não subcontratar, total ou parcialmente, os objetos de que trata este termo.

12.1.9. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária.

12.1.10. Comprovar que o profissional alocado para a execução dos serviços possui, no mínimo, uma das seguintes certificações (ou equivalentes): *EDB PostgreSQL Certified Professional* e/ou *Certified PostgreSQL DBA (CPSDBA)* *CertFirst (PostgreSQLCert)*.

12.1.11. Comprovar e manter, durante toda a vigência contratual, que a Contratada (empresa) possui inscrição ativa como Provedora de Serviços da Comunidade PostgreSQL (*Professional Services*).

12.1.12. As comprovações exigidas nos subitens 12.1.11 e 12.1.12 deverão ser apresentadas pela Contratada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da assinatura do contrato, sob pena de infração contratual.

12.1.13. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

13.1. Proporcionar todas as condições necessárias para o cumprimento do objeto desta contratação.

13.2. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, necessários ao cumprimento do objeto deste Termo de Referência.

13.3. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada no cumprimento do objeto, determinando, de imediato, a adoção de medidas necessárias à solução dos problemas.

13.4. Assegurar à CONTRATADA o acesso às suas dependências do CONTRATANTE, onde serão executados os serviços, conforme demandado.

13.5. Solicitar a correção de eventuais documentos entregues durante os serviços de consultoria em caso de não atendimento aos requisitos descritos

neste termo e em seus anexos, bem como nos casos em que foram verificados vícios, defeitos ou incorreções nos serviços prestados.

13.6. Recusar o recebimento dos serviços que não estiverem em conformidade com as especificações constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA.

13.7. Designar equipe de gestão contratual, a qual ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados.

13.8. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Executor do Contrato deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis.

13.9. O Executor do Contrato deverá comunicar à autoridade superior, em tempo hábil e por escrito, as situações que impliquem em atraso e descumprimento de cláusulas contratuais, para adoção dos procedimentos necessários à aplicação das sanções contratuais cabíveis, resguardados os princípios do contraditório e da ampla defesa;

13.10. Anotar em registro próprio e comunicar, de imediato, à CONTRATADA, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na execução dos mesmos.

13.11. Exigir, sempre que necessário, a apresentação, pela CONTRATADA, da documentação comprovando a manutenção das condições que ensejaram a sua contratação.

13.12. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas no Contrato.

13.13. Solicitar documentos que comprovem certificação profissional válida PostgreSQL para a CONTRATADA, quando necessário.

13.14. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na Avaliação de Resultado.

14. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

14.7. O fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

14.8. O fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

14.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, O fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

14.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização comunicará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

14.11. O fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

14.12. Caso ocorram descumprimentos das obrigações contratuais, o fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao superior hierárquico para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

14.13. O fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

15. RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. Para os serviços, objeto do presente termo, o recebimento se dará da seguinte forma:

15.1.1. Provisoriamente, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, após a efetiva prestação dos serviços, mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes, para efeito de posterior verificação de que o mesmo foi executado de acordo com as respectivas Ordens de Execução de Serviço e demais exigências contidas na própria OES.

15.1.2. Definitivamente, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, a partir do recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes e após verificação que comprove a adequação dos serviços às cláusulas contratuais.

15.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

15.3. Os serviços serão recusados nos seguintes casos:

15.3.1. Quando entregues com especificações técnicas inferiores às contidas neste Termo de Referência e/ou proposta.

15.4. Enquanto não solucionada a pendência, ficarão suspensos os prazos para o recebimento definitivo.

15.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade

de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

15.6. O embargo do recebimento definitivo do objeto não implicará dilatação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso, não acarretando ônus para o Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

15.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133/2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que tange à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

16. GARANTIA CONTRATUAL

16.1. Não será exigida garantia contratual, conforme faculta o art. 96 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o valor estimado da contratação é considerado de pequeno porte, não havendo risco relevante.

16.2. A prestação do serviço será acompanhada por fiscalização técnica e estará sujeita à aplicação de penalidades contratuais em caso de descumprimento.

17. DA VIGÊNCIA

17.1. O presente instrumento vigorará por **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, mediante acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, observadas as condições e limites estabelecidos no art. 107 da Lei 14.133/2021.

17.1.1. Este instrumento tem seu término previsto para _____.

17.2. Para o encaminhamento do pedido de prorrogação do contrato, o gestor do contrato deve observar os seguintes requisitos:

17.2.1. Prestação regular dos serviços.

17.2.2. Manutenção do interesse do Contratante na realização do serviço.

17.2.3. Permanência da vantagem econômica para o Contratante.

17.2.4. Manifestação expressa da Contratada quanto ao interesse na prorrogação.

17.2.5. Verificação se houve declaração de inidoneidade ou suspensão da Contratada no âmbito da União ou do Contratante.

17.3. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido possível proceder aos cálculos devidos para fins de reajuste do contrato, caberá à Contratada no ato que manifestar anuência com a prorrogação, requerer a inclusão de cláusula no termo aditivo de prorrogação garantindo o seu direito ao reajuste, sob pena de preclusão.

17.4. O Contrato não será prorrogado quando a Contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou do Contratante, enquanto perdurarem os efeitos.

18. DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA E PAGAMENTO

18.1 Prazos para liquidação e pagamento:

18.1.1. A liquidação ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do atesto da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente.

18.1.2. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da liquidação, inciso VI, Art. 92 da Lei n. 14.133/2021.

18.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela CONTRATADA.

18.3. O atesto deverá ocorrer na data do recebimento definitivo.

18.4. O pagamento será realizado da seguinte forma:

18.4.1. O pagamento sobre os serviços executados ocorrerá com base nas horas efetivamente realizadas e de acordo com a Ordem de Execução de Serviço aprovada pelo Fiscal do Contrato, o qual atestará as horas apuradas.

18.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

19. DO REAJUSTE

19.1. Os preços deste contrato poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de um ano, vinculado à data do orçamento estimado, constante do instrumento convocatório.

19.1.1. São nulas de pleno direito quaisquer apurações de índice de reajuste que produza efeito financeiro equivalente aos de reajuste de periodicidade inferior à anual.

19.2. O reajuste dos preços terá como limite a variação do ICTI - Índice de Custo da Tecnologia da Informação - ou, na hipótese de extinção deste, por outro que venha a substituí-lo.

19.3. Caberá à Contratada solicitar o reajustamento dos preços e demonstrar a variação, mediante apresentação da respectiva planilha, bem como apresentar a documentação comprobatória do seu pleito.

19.4. No caso de eventual prorrogação contratual, nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o valor do contrato será reajustado após o interregno de um ano, que será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

19.4.1. As alterações decorrentes de reajustamentos serão formalizadas mediante Termo de Apostilamento.

19.5. Para fins de concessão do reajuste, poderão ser realizadas diligências visando conferir a variação de custos alegada pela Contratada, considerando-se:

19.5.1. Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração Pública;

19.5.2. As particularidades deste contrato;

19.5.3. Indicadores setoriais, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

19.5.4. A disponibilidade orçamentária do Contratante.

19.6. O prazo para a Contratada solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação/término de vigência contratual, obedecendo ao seguinte:

19.6.1. Caso a Contratada não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.

19.6.2. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da prorrogação contratual.

19.6.3. Se até a data da prorrogação contratual, ainda não tiver sido solicitado/concedido o reajuste, caberá a Contratada solicitar a reserva de seu direito para ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão, com vistas à inclusão de cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajuste.

19.7. Os novos valores contratuais reajustados produzirão efeitos:

19.7.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa ao reajuste.

19.7.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes.

19.8. Os reajustamentos não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com fundamento no art. 124, II, “d”, da Lei 14.133/2021.

20. PENALIDADES/SANÇÕES

20.1. Em caso de descumprimento das obrigações previstas neste instrumento, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 03 (três) anos (art. 156 da Lei 14.133/2021).

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.2. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 20.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b” do mesmo subitem.

20.3. Comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa:

20.3.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

20.3.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta ou ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, em especial quando:

20.3.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.3.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

20.3.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

20.3.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

20.3.3. Não entregar a documentação exigida, quando convocado, dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.3.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

20.3.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

20.3.5. Fraudar a licitação;

20.3.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

20.3.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

20.3.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

20.3.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

20.3.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

20.3.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

20.4. A licitante que incorrer nas infrações previstas nos subitens 20.3.1, 20.3.2 e 20.3.3, ensejará na sanção prevista no subitem 20.1, alínea “c”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo da sanção prevista no subitem 20.1, alínea “b”.

20.5. À licitante que cometer as infrações previstas nos subitens 20.3.4, 20.3.5, 20.3.6, 20.3.7 e 20.3.8, será aplicada a pena prevista na alínea “d” do subitem 20.1.

20.6. O atraso injustificado na entrega/execução do objeto contratado ou qualquer outra infração, sujeitará a Contratada à multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor total do empenho ou sobre a parte não entregue/executada, até o limite de 10 (dez) dias corridos.

20.6.1. A partir do 11º dia, a multa diária será de 1% (um por cento), até o limite de 8% (oito por cento), considerado o limite total de 13% (treze por cento) da multa cumulada com a penalidade do subitem 20.6.

20.7. Nas hipóteses em que não haja prefixação do termo inicial ou final para cumprimento de obrigações, o Contratante, mediante hábil notificação, fixará os prazos a serem cumpridos. O descumprimento da obrigação no prazo fixado constituirá em mora a Contratada, hipótese que fará incidir a sanção prevista no subitem 20.6.

20.8. A inexecução parcial ou total deste instrumento por parte da Contratada poderá ensejar a resolução contratual, com cancelamento do saldo de empenho e a aplicação de multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre a parte não entregue/executada ou sobre o valor total contratado, sem prejuízo da sanção prevista no subitem 20.1, alínea “c”.

20.9. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste Edital ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração, em documento contemporâneo à sua ocorrência.

20.9.1. A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para execução, deverá ser encaminhada ao Contratante até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério do Contratante a sua aceitação.

20.9.2. O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta neste subitem será prontamente indeferido, sujeitando-se a Contratada às sanções previstas neste instrumento.

20.10. Descumprida a obrigação no prazo fixado, poderá o Contratante, por exclusiva vontade, estabelecer data-limite para seu cumprimento, hipótese que não elidirá a multa moratória prevista no subitem 20.6.

20.11. O valor das multas poderá ser deduzido dos créditos existentes em favor da contratada ou recolhido ao Tesouro Nacional, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, ou, ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente (§8º, art. 156 da Lei 14.133/2021).

20.12. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

20.13. O Contratante promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à Contratada.

21. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

21.1. O custo estimado total da contratação é de , conforme análise crítica e justificativas apresentadas na Informação Conclusiva.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Contratação do serviço de consultoria Postgres, sob demanda	Horas	375		

21.2. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, conforme justificativa constante do processo SEI 0016576-27.2021.4.01.8000.

22. DA PROTEÇÃO DE DADOS

22.1. Na execução do objeto, devem ser observados os ditames da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) - LGPD -, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.

22.2. A contratada obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD), da Resolução/CNJ 363/2021 e da Lei 12.527/2011.

22.2.1. Obriga-se também a comunicar à Administração, em até 03 (três) dias úteis, contadas do instante do conhecimento, a ocorrência de acessos não autorizados a dados pessoais, de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou de qualquer outra forma de

tratamento inadequado, suspeito ou ilícito, sem prejuízo das medidas previstas no art. 48 da Lei n. 13.709/2018 (LGPD).

22.3. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os princípios e as hipóteses previstas nos arts. 6º, 7º e 11 da Lei 13.709/2018 (LGPD), limitado ao estritamente necessário à consecução do objeto, na forma deste instrumento e seus anexos.

22.4. É vedado, na execução do ajuste, revelar, copiar, transmitir, reproduzir, transportar ou utilizar dados pessoais ou informações sigilosas a que tiver acesso prepostos, empregados ou colaboradores direta ou indiretamente envolvidos na realização de serviços, produção ou fornecimento de bens. Para tanto, devem ser observadas as medidas e os procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação da Lei 13.709/2018 (LGPD) e do parágrafo único do art. 26 da Lei 12.527/2011.

22.5. Em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD) e da Lei 12.527/2011.

22.6. Extinto o ajuste ou alcançado o objeto que encerre tratamento de dados, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art. 16 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

22.7. Não haverá tratamento específico de dados pessoais para esta contratação.

23. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

23.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

23.2.1. Despesa: RDO 4486326

23.3. Descrição: Contratação de Serviço de consultoria PostgreSQL, sob demanda.

I) Gestão/Unidade: 90027 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO/SECIN - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SECIN/TRF1.

II) Fonte de Recursos: MTGI (100).

III) Programa de Trabalho (PTRES): AI - 168384

IV) Natureza de Despesa: 339035

23.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

24. ANEXOS

ANEXO I - Especificação Técnica.

ANEXO II - Modelo Ordem de Execução de Serviços.

ANEXO III - Termo de Compromisso Sigilo e Confidencialidade.

25. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

João Felipe Gonçalves Domingues de Oliveira

Integrante Requisitante

Thiago Almeida Siqueira

Integrante Técnico

Cristina Kelly Fritsch

Integrante Administrativo

ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

1. Requisitos da Solução - Serviço de Consultoria para o Banco de Dados PostgreSQL

1.1. Serviços de Consultoria para a plataforma tecnológica de software Open Source (software livre) Postgres, sob demanda.

1.2. Os serviços de consultoria visam consolidar a implantação do banco de dados SGDB PostgreSQL e adoção de soluções no ambiente computacional implantado na CONTRATANTE, compreendendo as seguintes atividades:

- a) Apoio na instalação do SGDB PostgreSQL em ambientes de alta disponibilidade, abrangendo mecanismos de replicação e backup;
- b) Apoio técnico aos profissionais de TI do CONTRATANTE no ambiente de banco de dados Postgres;
- c) A orientação na criação e manutenção de projetos de infraestrutura e de aplicativos, acompanhando sua configuração, instalação e implantação, com monitoramento e gerenciamento do desempenho dos servidores físicos e virtuais;
- d) Avaliação, diagnóstico e proposta de aperfeiçoamento de aplicativos buscando a total integração entre eles, interagindo nas diversas plataformas implantadas;
- e) Propostas de ações de segurança do ambiente e código (precauções e restrições).
- f) Geração de projetos personalizados da solução, otimizando a utilização dos recursos computacionais disponíveis;
- g) Apoio na identificação dos problemas relacionados à baixa performance das aplicações no ambiente de banco de dados PostgreSQL, corrigir e otimizar códigos, elaborando relatório de causas e soluções, para minimizar impactos;
- h) Apoio na integração dos sistemas corporativos e propor padronizações adotando os conceitos da disciplina de usabilidade;
- i) Realização de serviços de mentoring de forma geral com o objetivo de otimizar a utilização dos recursos computacionais disponíveis
- j) Apoio na realização de migração de dados;

1.3. O serviço de consultoria deve contemplar as seguintes capacidades

técnicas especializadas:

1.3.1. Diagnóstico e Otimização de Performance (*Tuning*): Identificação de problemas relacionados à baixa performance das aplicações e do SGBD, incluindo a correção e otimização de códigos (SQL *tuning*), análise de planos de execução, revisão de parâmetros e ajustes finos, e otimização da interação com a infraestrutura (Storage, Redes, SO).

1.3.2. Arquitetura de Alta Disponibilidade (HA) e *Disaster Recovery* (DR): Projeto, instalação, configuração e manutenção de ambientes de SGBD PostgreSQL em alta disponibilidade, abrangendo mecanismos de replicação (*streaming replication*), *pool* de conexões, balanceamento de carga e otimização de rotinas de *Backup* e *Restore*.

1.3.3. Projeto, Arquitetura e Otimização de Recursos: Geração de projetos personalizados da solução, otimizando a utilização dos recursos computacionais (hardware), incluindo planejamento de arquitetura distribuída e dimensionamento (*sizing*) de ambientes.

1.3.4. Segurança e *Hardening*: Proposição e implementação de ações de segurança do ambiente e do código (precauções e restrições), incluindo análise de logs, configuração de perfis de acesso e auditoria.

1.3.5. Migração e Integração de Dados: Planejamento e execução de processos de migração de dados entre versões ou plataformas de SGBD, e apoio na integração de sistemas corporativos, propondo padronizações de acesso.

1.3.6. Apoio Técnico e Base de Conhecimento: Apoio técnico (mentoria) aos Profissionais de TI do Contratante e elaboração de documentação, relatórios de causas e soluções e criação de base de conhecimento referente aos atendimentos realizados.

ANEXO II - ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

IDENTIFICAÇÃO DA ORDEM DE SERVIÇO

NÚMERO DO CONTRATO/ EMPENHO		ORDEM DE SERVIÇOS Nº:	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:		ARP Nº:	
GESTOR:			
CONTRATADA:			

SOLICITAMOS A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ABAIXO DISCRIMINADOS MEDIANTE CONDIÇÕES CONSTANTES DO CONTRATO REFERIDO.

DADOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	LOCAL	CONTATO

DATAS E PRAZOS

ITEM	DATA PARA INICIALIZAÇÃO	DATA LIMITE PARA FINALIZAÇÃO	DATA DA FINALIZAÇÃO

CIÊNCIA

Data da emissão da Ordem de Serviço: ____/____/____

Assinatura e Carimbo do Gestor

Data de recebimento da Ordem de Serviço: ____/____/____

Assinatura e Carimbo da Contratada

ANEXO III - TERMO DE COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE

O <NOME DO ORGÃO> sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ n.º <CNPJ> , doravante denominado Contratante, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ n.º <CNPJ>, doravante denominada Contratada.

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a Contratada poderá ter acesso a informações sigilosas do Contratante.

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção.

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do Contratante.

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela Contratada, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela Contratante, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem as Leis 12.527, de 18/11/2011 e 12.965, de 23/04/2014 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

Cláusula Segunda - DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

- **INFORMAÇÃO:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.
- **INFORMAÇÃO SIGILOSA:** aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.
- **CONTRATO PRINCIPAL:** contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira - DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do Contratante e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a Contratada venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Cláusula Quarta - DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I - sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da Contratada.

II - tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO.

III - sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis

Cláusula Quinta - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro - A Contratada se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do Contratante.

Parágrafo Segundo - A Contratada compromete-se a dar ciência e obter o aceite

formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I - A Contratada deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à Contratante dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro - A Contratada obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do Contratante, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela Contratante.

Parágrafo Quarto - Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I - Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto - A Contratada obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à Contratada, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A Contratada, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I - Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas.

II - Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros.

III - Comunicar à Contratante, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente. e

IV - Identificar as pessoas que, em nome da Contratada, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta - DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a Contratada teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sétima - DAS PENALIDADES

quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a Contratada, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou

recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela Contratante, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 156 da Lei nº. 14.133/2021.

Cláusula Oitava - DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro - Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo - O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Ao assinar o presente instrumento, a Contratada manifesta sua concordância no sentido de que:

I - A Contratante terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da Contratada.

II - A Contratada deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela Contratante, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III - A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

IV - Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes.

V - O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes.

VI - Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a Contratada não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento.

VII - O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a Contratada, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL.

VIII - Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona - DO FORO

A Contratante elege o foro da <CIDADE DO Contratante>, onde está localizada a sede do Contratante, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE

COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 02 vias de igual teor e um só efeito.

_____, _____ de _____ de 20____.

DE ACORDO

Contratante Contratada

<NOME> <NOME>
<MATRÍCULA> <MATRÍCULA>

Testemunhas

Testemunha 01 Testemunha 02

<NOME> <NOME>
CPF: CPF:

TERMO DE CIÊNCIA

Contrato Número:
Objeto:
Gestor do Contrato: Matrícula:
Contratante:
Contratada: CNPJ:
Preposto da Contratada:

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e das normas de segurança vigentes no Contratante.

_____, _____ de _____ de 20____.

CIÊNCIA Contratada - Funcionários

(Nome	e	Matrícula):
_____	_____	_____
(Nome	e	Matrícula):
_____	_____	_____
(Nome	e	Matrícula):
_____	_____	_____
(Nome	e	Matrícula):
_____	_____	_____

(Nome	e	Matrícula):
(Nome	e	Matrícula):
(Nome	e	Matrícula):
(Nome	e	Matrícula):
(Nome	e	Matrícula):



Documento assinado eletronicamente por **João Felipe Gonçalves Domingues de Oliveira, Diretor(a) de Divisão**, em 27/01/2026, às 14:49 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Almeida Siqueira, Supervisor(a) de Seção**, em 27/01/2026, às 14:53 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Kelly Fritsch, Técnico Judiciário**, em 27/01/2026, às 14:56 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **24409275** e o código CRC **494D4FBA**.